

## Os tons da campanha eleitoral

Gaudêncio Torquato (\*)

Como será a campanha eleitoral deste ano? Que prioridades comporão a agenda partidária?

A resposta exige saber as diferenças entre o pleito deste ano e o de 2014. Vejamos: 1. Não serão permitidas doações aos partidos por empresas; 2. A campanha em rádio e TV terá a duração de 35 dias, enquanto a campanha de rua não poderá ultrapassar 45 dias. (Na anterior, durava 45 dias na mídia e 90 nas ruas). Teremos, portanto, uma campanha mais modesta do ponto de vista de recursos financeiros e mais curta.

Sob essas mudanças, resta aos candidatos as alternativas: aumentar a visibilidade junto ao eleitorado; usar novos meios para cooptar eleitores, pois contarão apenas com as verbas a saírem do Fundo Especial de Financiamento de Campanha- FEFC - aprovado pelo Senado e pela Câmara, de cerca de R\$ 1,7 bilhão. (Em 2014, só para as candidaturas presidenciais as despesas somaram R\$ 652 milhões, 13% do total gasto com as campanhas estaduais para governadores e deputados). Para este ano, a projeção é de um gasto de R\$ 300 milhões na campanha presidencial, a metade da anterior.

O cabresto financeiro curto e a diminuição do tempo de campanha elegem as coligações como a maior prioridade dos partidos que lançarão candidatos. Quanto mais ampla a coligação, maior tempo de mídia eleitoral. O rádio e a TV são os meios que propiciam a massificação do nome e dos programas dos candidatos. Lembrando: o PT deverá dispor de 5 minutos e 13 segundos e o PSDB, de 4 minutos e 11 segundos. Seis outros partidos - MDB, PP, PSD, DEM, PR, PSB - deverão dispor de 18 minutos e 12 segundos. Logo, o caminho que resta aos candidatos é procurar formar coligações com grandes e médios partidos, de forma a aumentar sua exposição.

A campanha deste ano deverá receber forte impulso das redes sociais. Nessa área, o deputado Jair Bolsonaro está hoje na dianteira, contabilizando 4.719.570 seguidores no Facebook e com 3,2 milhões de reações entre 23 de setembro e 23 de outo-

bro passado, enquanto Lula, com 3.045.933 seguidores no Facebook, teve 1,1 milhão de reações; João Dória, com 1.060.737 seguidores, teve 1 milhão de reações. Os 12 nomes que hoje se apresentam como pré-candidatos somam 16,9 milhões de seguidores no Facebook, 6,2 milhões no Twitter e 1,7 no Instagram. Portanto, quem está com a máquina das redes a pleno vapor sai na frente.

Como é sabido, o marketing político com foco em eleições se ampara em cinco eixos: pesquisa, discurso, comunicação, articulação e mobilização. O eixo de articulação abriga intensa agenda de contatos com os grupamentos eleitorais e com a própria teia política. Serão vitais a articulação social e a articulação política. A primeira abrange contatos de candidatos com a freguesia eleitoral (segmentos, categorias profissionais e classes sociais). Pano de fundo: a sociedade brasileira dá as costas à política, preferindo que organizações da sociedade civil a representem: associações, sindicatos, federações, grupos, núcleos, setores profissionais.

Quase 50% do eleitorado brasileiro se concentram em apenas 191 dos 5.568 municípios. Trata-se de um momento para firmar compromissos, ouvir demandas, propor coisas viáveis e factíveis, mostrar-se por inteiro ao eleitor.

Quanto ao discurso, é oportuno lembrar que o eleitor está vacinado contra promessas mirabolantes, programas fantasiosos.

A pequena visibilidade de alguns candidatos poderá ser fatal. Os mais onipresentes - aparecendo em todos os lugares - estarão na dianteira. As redes sociais poderão ser meios para multiplicar a presença do candidato. Usar as redes de modo que não cheguem a massacrar o seguidor - eis outro desafio a ser enfrentado. Por isso, os programadores das redes e os fornecedores de conteúdo deverão compor o batalhão de frente das campanhas.

Resta recitar o ditado: muita disposição, fé em Deus e pé na tábua.

(\*) - É jornalista, professor titular da USP e consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato.

# Postagens pagas nas redes sociais serão permitidas na campanha eleitoral

Aprovada pelo Congresso em outubro, a reforma política traz poucas mudanças relacionadas ao uso da internet e de redes sociais para as eleições de 2018

A principal delas é a permissão para que candidatos, partidos e coligações paguem as redes sociais para impulsionar seus conteúdos. Pela lei, entre as formas de impulsionamento de conteúdo, inclui-se também a priorização paga de conteúdos em mecanismos de buscas na internet, como Google e Yahoo.

O impulsionamento de conteúdos deverá ser contratado diretamente com o provedor da aplicação de internet com sede e foro no País. Porém, no dia da eleição, a publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos já publicados serão proibidos e considerados crime, permitindo-se apenas manter aquelas postagens já publicadas. Os gastos com o impulsionamento de conteúdos terão de ser declarados na prestação de contas das campanhas, assim como já devem ser declarados



O TSE vai regulamentar os novos dispositivos e promoverá ampla divulgação de regras de boas práticas relativas a campanhas eleitorais na internet.

custos com a criação de sítios na internet - o que já era permitido pela legislação.

Outras formas de propaganda eleitoral paga na internet, como em portais e sites de empresas, permanecem proibi-

das. Conforme a lei, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai regulamentar os novos dispositivos e promoverá a ampla divulgação de regras de boas práticas relativas a campanhas eleitorais na internet.

## Avaliação psicológica também na renovação de carteira

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado um projeto que obriga os motoristas a passar por avaliação psicológica tanto na primeira habilitação quanto nas renovações. Hoje, o Código de Trânsito Brasileiro traz essa exigência apenas para a primeira habilitação ou nas renovações de motoristas que tenham atividade remunerada com seu veículo.

Autor do projeto, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) lembra que há muitas doenças psicológicas que podem comprometer a ação dos motoristas. Segundo o senador, o estado psicológico de um candidato no exame da primeira habilitação pode não ser o mesmo no momento da renovação. Desse modo, esse estado deve ser muito bem avaliado, de maneira a garantir a condução segura de todos aqueles que fazem uso das vias públicas, como motoristas, motociclistas, ciclistas e, sobretudo, pedestres.

O projeto também dá fim à chamada Permissão para Dirigir, que tem validade de um ano. Para o senador, essa autorização temporária é "desarrazoada", uma vez que o motorista habilitado está pronto e responderá por todas as infrações que venha a cometer. Pela lei atual, o motorista só obtém a carteira nacional de habilitação definitiva se, durante a validade da permissão, não tiver cometido infração gravíssima, grave ou duas ou mais infrações médias, sob pena de repetir todo o processo, desde o início, para obter a carteira (Ag.Senado).

## Condenado pagará pelo custo de tornozeleira eletrônica

A Câmara analisa proposta para que condenados monitorados eletronicamente possam passar a arcar com o custo da tornozeleira. O texto, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), altera a Lei de Execução Penal. Conforme o texto aprovado pelo Senado, haverá punições para o preso que não pagar, que podem ir de advertência à volta para o regime fechado. Por outro lado, será permitido que o Estado custeie a tornozeleira daquele comprovadamente sem condições financeiras.

Segundo levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o principal item utilizado no monitoramento é a tornozeleira eletrônica. Calcula-se que a despesa média mensal por pessoa condenada oscile atualmente entre R\$ 167 e R\$ 660. A proposta, que tramita com apênsos, será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## Comissão especial pode votar neste semestre mudanças no ECA

O relatório final da Comissão Especial que examina propostas de alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi apresentado em outubro. É um texto alternativo a um projeto do Senado e a outras cinquenta e duas propostas que também sugerem mudanças. O relatório está pronto para ser votado e já há um requerimento no plenário da Câmara para que os trabalhos da Comissão se estendam por mais 10 sessões.

O ponto mais polêmico do parecer do relator, deputado Ariel Machado (Rede-PR), é o que endurece as medidas socioeducativas aos menores infratores. A proposta é que quando os crimes cometidos pelos adolescentes resultarem em morte, o período de internação vá aumentando gradativamente, de acordo com a idade, até no máximo dez anos. Atualmente, o menor só pode ficar internado em uma instituição por até três anos.

O presidente da Comissão, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), ressalta que o relatório é fruto de um ano de debates. Ele lamenta que as



Ariel Machado sugeriu aumento no tempo de internação do jovem infrator.

medidas socioeducativas para os menores sejam leves diante da gravidade de algumas infrações. "Hoje, o menor comete um crime grave contra a vida. A família leva o seu ente querido para o cemitério, e o menor, dali a um ano, dois anos, está passando na frente da casa (da família da vítima). Então há uma sensação de impunidade muito grande. Nós precisamos equilibrar essa relação", disse Mattos.

O representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos de São Paulo, Ariel de Castro Alves, informa que, atualmen-

te, 23 mil jovens infratores cumprem medidas socioeducativas em todo o país e 90 mil estão em liberdade assistida. "Enquanto uma criança na escola custa R\$ 600 por mês para Estado, um adolescente aqui na Fundação Casa custa em torno de R\$ 10 mil por mês. E um jovem no sistema penitenciário de adultos custa em torno de R\$ 2.500 a R\$ 3 mil. Então nós precisamos de mais investimentos na prevenção, inclusive na própria educação, pra que não tenhamos que depois gastar com a repressão", observou Alves (Ag.Câmara).

## Inflação na Venezuela pode superar 10.000% este ano

A inflação na Venezuela fechou 2017 em 2.616% e pode chegar a 10.000% este ano, segundo dados apresentados pela Assembleia Nacional (AN, Parlamento), de maioria opositora, diante da ausência de informações sobre esses indicadores por parte do Banco Central (BCV). O presidente da Comissão de Finanças da AN, o opositor José Guerra, afirmou que a inflação do país está fora de controle pela "impressão de dinheiro do Banco Central para financiar o déficit do governo" de Nicolás Maduro.

Segundo Guerra, 70% do déficit do governo venezuelano para o ano de 2017 foram financiados com impressão de dinheiro. "A inflação é diferente da hiperinflação, pois a inflação é normal em tudo. Uma hiperinflação é insuportável. É a ruína de um país", afirmou. "Estamos falando de uma inflação que pode passar dos 10.000% se o BCV seguir financiando o governo", acrescentou o deputado - economista e com longa trajetória no Banco Central.

Ele disse que, apenas em dezembro, a inflação foi de 85%



A inflação está fora de controle pela "impressão de dinheiro do Banco Central para financiar o déficit do governo".

e que, em comparação com outros casos de hiperinflação registrados no século passado no continente, a venezuelana ainda "não é o caso mais forte", mas "este ano pode ser". Além disso, lembrou que a Câmara ainda não publicou a taxa de queda no PIB.

Por outro lado, o presidente do BCV, Ramón Lobo, evitou comentar o índice de inflação apresentado pela Câmara, o único poder nas mãos da oposição e que foi declarado em

desacato pelo Supremo Tribunal. As ações do Parlamento são consideradas nulas por todas as instituições próximas ao governo. "Isso ainda existe?", disse Lobo, referindo-se ao Parlamento - ao ser abordado sobre a média de inflação apresentada pela Câmara. O BCV não publica desde 2015 dados oficiais sobre a inflação e o PIB, que fecharam esse período em 180,9% e com uma contração de 5,7%, respectivamente (ABr/EFE).

## Trump erra hino nacional durante jogo universitário

Reprodução/Twitter



Nas redes sociais, o desempenho do magnata cantando virou piada.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, participou na noite da última segunda-feira (8), da final nacional de futebol americano universitário em Atlanta e foi alvo de críticas após errar o hino nacional. Nas redes sociais, o desempenho do magnata cantando virou piada. Diversos usuários ressaltaram que o líder norte-americano, que criticou os jogadores da NFL, não sabe cantar o próprio hino nacional.

Durante sua entrada no estádio Mercedes Benz Stadium e até mesmo depois de pisar no gramado, o republicano foi vaiado e recebido com ofensas. No entanto, algumas pessoas

ainda o aplaudiram. A reação dos atletas foi neutra, mas Bo Scarborough, jogador de Alabama, não ficou muito feliz com a presença de Trump e xingou o chefe de Estado. Além disso, os moradores da região lembraram que antes do magnata ser eleito à Casa Branca, ele disse que a cidade estava "caindo aos pedaços" e era "infestada de criminosos".

A partida ocorreu na cidade de Atlanta entre as universidades de Alabama e Geórgia, dois estados vizinhos em que Trump conseguiu a maioria dos votos durante as eleições. O jogo foi vencido por Alabama por 26 a 23, na prorrogação (ANSA).